



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 8, agosto 2006. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o Governo Central registrou superávit de R\$ 6,4 bilhões, contra R\$ 3,0 bilhões no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 22,3 milhões, respectivamente. A melhor performance do Governo Central em agosto, em relação ao mês anterior, é devido especialmente à redução das despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 1,8 bilhão), tendo em vista a sazonalidade do pagamento, em julho, de parte do 13º salário e das férias do funcionalismo público federal. Além disso, destacam-se a redução, em agosto, dos gastos com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 573,1 milhões) observada nos principais programas do governo (AGF, PSH e Proex) e a menor execução no item outras despesas de custeio e capital (R\$ 727,1 milhões), cujo dinamismo deve perder força nos últimos meses do ano conforme estabelecido na nova programação orçamentária e financeira e em linha com o cumprimento da meta de superávit fiscal do setor público consolidado.

Até agosto, o resultado primário do Governo Central atingiu R\$ 47,9 bilhões, contra R\$ 46,9 bilhões em igual período de 2005, superando a meta do segundo quadrimestre, de R\$ 42,9 bilhões, para este segmento de governo (Decreto 5.861/2006).

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL 2006	AGO 2006	JAN-AGO 2005	JAN-AGO 2006
I. RECEITA TOTAL	44.829,4	45.405,3	314.584,3	351.424,5
I.1. Receitas do Tesouro	34.969,2	35.271,5	247.163,6	275.486,2
I.1.1. Receita Bruta (1)	36.658,8	36.092,2	255.118,8	281.674,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.689,7	-820,7	-7.955,2	-6.188,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.734,0	10.020,3	66.456,2	74.980,3
I.3. Receitas do Banco Central	126,2	113,5	964,5	958,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.429,9	7.777,6	54.721,0	60.934,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.399,5	37.627,7	259.863,2	290.490,0
IV. DESPESA TOTAL	34.389,1	31.200,5	212.955,5	242.611,0
IV.1. Despesas do Tesouro	21.086,0	17.944,0	123.536,9	141.040,5
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.605,9	7.790,5	59.233,0	65.939,6
IV.1.2. Custeio e Capital	11.423,1	10.100,0	63.911,0	74.693,0
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.864,4	1.835,0	7.415,3	9.401,8
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	745,0	171,9	4.011,9	5.040,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.021,9	1.028,4	5.896,0	7.509,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.791,8	7.064,7	46.587,8	52.741,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	57,0	53,5	392,9	407,9
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.171,9	13.120,7	88.240,6	100.493,8
IV.3. Despesas do Banco Central	131,2	135,8	1.178,0	1.076,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.010,4	6.427,2	46.907,7	47.879,0
V.1. Tesouro Nacional	6.453,3	9.549,9	68.905,7	73.511,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.437,9	-3.100,4	-21.784,4	-25.513,6
V.3. Banco Central (4)	-5,1	-22,3	-213,6	-118,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,75%	3,59%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO JAN-AGO		
DISCRIMINAÇÃO	2005/2004	2006/2005
Receitas	17,1%	11,7%
Tesouro	17,6%	11,5%
Previdência	15,4%	12,8%
Transferências	23,7%	11,4%
Receita Líquida	15,9%	11,8%
Despesas	16,1%	13,9%
Benefícios	17,2%	13,9%
Pessoal	12,6%	11,3%
Custeio e Capital	17,9%	16,9%

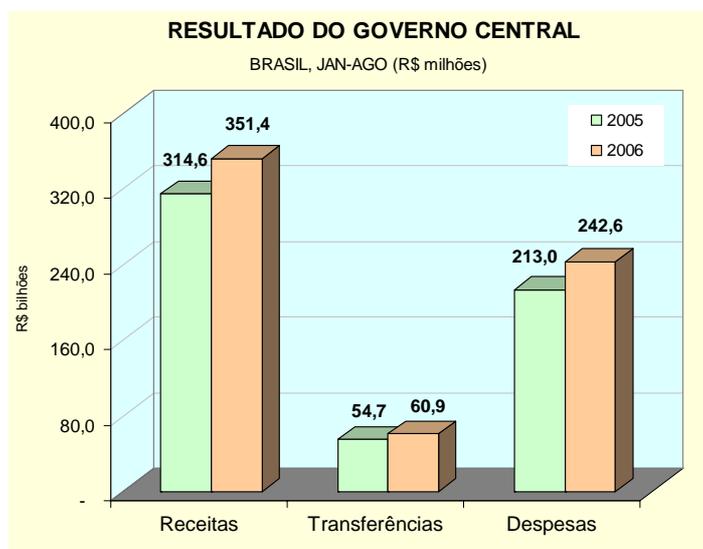
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,51%	5,51%
Previdência Social	-1,74%	-1,91%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,75%	3,59%

A receita, por sua vez, cresceu R\$ 575,9 milhões no mês, não obstante a redução, relativamente a julho, do imposto de renda (R\$ 898,3 milhões), da CSLL (R\$ 872,9 milhões) e da cota-parte de compensações financeiras (R\$ 2,1 bilhões), devido à sazonalidade da arrecadação desses tributos. Por outro lado, as receitas com dividendos da União cresceram R\$ 3,2 bilhões, especialmente pelo pagamento realizado pelo Banco do Brasil (R\$ 1,1 bilhão) e pelo BNDES (R\$ 1,8 bilhão).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	25,18%	26,32%
Transferências	4,38%	4,56%
Receita Líquida	20,80%	21,76%
Despesa Total	17,04%	18,17%
Resultado Primário	3,75%	3,59%

Até agosto, o superávit do Governo Central foi de R\$ 47,9 bilhões, o equivalente a cerca de 3,59% do PIB estimado, contra R\$ 46,9 bilhões no mesmo período do ano passado, ou cerca de 3,75% do PIB. A receita total do Governo Central tem crescido relativamente menos este ano (11,7%, contra 17,1% até agosto do ano de 2005), a despeito do bom desempenho do setor petrolífero e de seus efeitos sobre IRPJ, CSLL, dividendos da Petrobras, *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (cota-parte de compensações financeiras). Em especial, as receitas relacionadas a impostos e contribuições (administradas pela SRF) cresceram, em conjunto, apenas 7,8%, ligeiramente acima do crescimento nominal estimado do PIB para o período (6,8%). Por outro lado, dividendos da União e cota-parte têm se destacado. De fato, essas duas receitas cresceram 140,9% e 24,3% em termos nominais, representando variação de 0,53 ponto percentual do PIB, metade da variação percentual da receita total. As receitas da Previdência Social (RGPS) também apresentaram desempenho positivo, com crescimento de 12,8% em termos nominais, e variação de 0,30 ponto percentual do PIB, refletindo a melhora observada no mercado formal de trabalho.

A receita do governo central (líquida de transferências a estados e municípios) tem crescido relativamente menos em 2006, apesar do bom desempenho do setor petrolífero. O superávit do Governo Central caiu, no entanto, devido à maior dinâmica da execução financeira do Tesouro Nacional, especialmente no primeiro semestre do ano.



A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 281,7 bilhões até agosto, com crescimento de R\$ 26,6 bilhões (10,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. De um lado, o conjunto de medidas adotadas desde o ano passado para estimular o investimento produtivo, a diminuição de impostos às famílias, a redução de tributos sobre a cesta básica, o estímulo à poupança de longo prazo e outras direcionadas a pequenas e médias empresas, vem contribuindo para que a evolução da receita do Tesouro não seja tão significativa. No entanto, além do setor petrolífero, outros setores da economia vêm obtendo desempenhos positivos (e.g. extração de minerais metálicos) afetando a arrecadação dos principais tributos federais. Ademais, este ano houve a retomada do pagamento regular do IRPJ por parte de algumas instituições financeiras que, no ano de 2005, estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ; os tributos vinculados à importação cresceram em decorrência da elevação das importações; o IPI-Automóveis cresceu devido ao maior volume de vendas ao mercado interno; e o IRPF, em virtude do crescimento nominal da renda dos trabalhadores. As demais receitas cresceram 32,0% no acumulado do ano, especialmente pelo pagamento de dividendos nas quais a União possui participação acionária (acréscimo de R\$ 5,6 bilhões), com destaque para as empresas financeiras (Banco do Brasil, Caixa e BNDES); pelo aumento do volume recolhido a título de cota-parte de compensações financeiras (R\$ 2,5 bilhões); pela evolução do pagamento referente às concessões (aumento de R\$ 662,1 milhões), especialmente petróleo e gás natural; e pela transferência dos recursos da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) ao Tesouro (R\$ 799,9 milhões), sem contrapartida em 2005.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 60,9 bilhões no ano, cerca de 4,56% do PIB, contra R\$ 54,7 bilhões, ou 4,38% do PIB, em igual período do ano passado. Contribuiu para o crescimento observado a arrecadação do Imposto de Renda, que tem crescido relativamente mais forte do que os demais impostos, e o repasse da cota-parte das compensações financeiras. Nesse último caso, foram R\$ 7,8 bilhões até agosto, R\$ 1,4 bilhões (22,2%) acima do que foi repassado até agosto de 2005.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 141,0 bilhões, contra R\$ 123,5 bilhões no mesmo período do ano anterior, aumento de 17,5 bilhões (14,2%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,68 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,20 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,48 ponto percentual). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 6,7 bilhões (11,3%) e R\$ 10,8 bilhões (16,9%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT, em R\$ 2,0 bilhões (26,8%), dos benefí-

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receitas do Tesouro (*)	19,78%	20,63%
Transferências	4,38%	4,56%
Despesas do Tesouro	9,89%	10,56%
Resultado Primário	5,51%	5,51%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O crescimento das receitas tributárias do Tesouro Nacional não decorre de majoração de alíquotas, e sim do bom desempenho econômico dos setores de petróleo e minerais não metálicos.

As despesas "obrigatórias" do Tesouro Nacional vêm crescendo com relativo dinamismo, especialmente os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) e os trabalhistas do FAT (abono e seguro-desemprego). Por outro lado, com exceção das áreas sociais (Saúde, Desenvolvimento Social e Educação), têm havido expressiva redução das despesas "discricionárias" em proporção do PIB.

cios da LOAS/RMV, em R\$ 1,6 bilhão (27,4%) e subsídios e subvenções econômicas, em R\$ 1,0 bilhão (25,6%). Por outro lado, as outras despesas de custeio e capital, em que se encontram os gastos discricionários do governo, cresceram em menor ritmo (13,2%). Destaque para as áreas sociais, que tiveram suas despesas ampliadas em montante proporcionalmente maior, notadamente Saúde (R\$ 1,4 bilhão), Desenvolvimento Social (R\$ 1,2 bilhão) e Educação (R\$ 883,5 milhões). Excetuando as despesas identificadas no âmbito dos ministérios da área social, nos demais Ministérios se constatou expressiva redução dos gastos discricionários do governo.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	66,5	75,0	12,8%
Benefícios	88,2	100,5	13,9%
Resultado Primário	-21,8	-25,5	17,1%

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 25,5 bilhões no ano, contra R\$ 21,8 bilhões até agosto de 2005. O déficit primário do RGPS tem aumentado como proporção do PIB, não obstante o crescimento da receita de contribuições, devido à maior dinâmica dos gastos com benefícios, especialmente devido aos reajustes do salário-mínimo acima da inflação e à elevação na quantidade média mensal de benefícios pagos. Com efeito, essas despesas cresceram R\$ 12,3 bilhões (13,9%) em 2006, em relação a igual período do ano passado, ao passo que as receitas cresceram R\$ 8,5 bilhões (12,8%).

Em termos quantitativos, quando se compara as médias de concessão de benefícios em 2006 e 2005, torna-se clara a ampliação do contingente de alguns novos benefícios previdenciários, com as seguintes variações principais no estoque: 3,5% de novas aposentadorias (457,6 mil) e 2,7% de novas pensões por morte (156,1 mil). Houve aumento mais expressivo dos benefícios assistenciais – LOAS (10,2%, ou 218,3 mil), a maioria dos quais relacionados à categoria “idoso”, resultado da mudança de idade mínima de 70 para 65 anos. Por outro lado, medidas administrativas mostram-se eficazes, quando observa-se algum crescimento fora do comum no número de benefícios concedidos. Especificamente no caso do auxílio-doença, de um crescimento médio em 2005 acima de 20%, passou-se à redução de 7,4% no estoque de benefícios pagos, ou seja, houve cancelamento líquido no período de 104,0 mil auxílios-doença.

Em 2006, o estoque médio de benefícios associados a auxílio-doença foi reduzido em 104,0 mil benefícios (7,4%), revertendo a tendência de crescimento observada no ano anterior, quando a média de concessão desse benefícios crescia acima de 20%.

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 36,1 bilhões em agosto, apresentando redução de R\$ 566,6 milhões (1,5%) em relação ao mês anterior. Entre os fatores que explicam esse comportamento destacam-se os seguintes efeitos sazonais: i) pagamento, em julho, da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa à apuração trimestral encerrada em junho; e ii) pagamento trimestral, em julho, da participação especial pela produção e extração de petróleo e gás natural. Tais efeitos foram compensados, parcialmente, pelo crescimento das demais receitas, no montante de R\$ 710,1 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em termos nominais, a arrecadação do IR e da CSLL apresentou decréscimo de R\$ 898,3 milhões (8,4%) e de R\$ 872,9 milhões (31,5%), respectivamente. Nas demais receitas, as principais quedas foram verificadas na cota-parte de compensações financeiras (R\$ 2,1 bilhões), devido à sazonalidade na arrecadação do tributo, e no item “outras receitas” (R\$ 635,8 milhões) que, no mês anterior, incorporou o ingresso de R\$ 799,9 milhões da extinção da CBEE. Por outro lado, a receita com dividendos foi R\$ 3,2 bilhões superior, especialmente devido aos pagamentos efetuados pelo BNDES (R\$ 1,8 bilhão) e pelo Banco do Brasil (R\$ 1,1 bilhão).

Embora presente redução em relação a julho, a receita bruta do mês foi positivamente afetada pela homologação de compensação tributária efetuada por instituições financeiras (Cofins e PIS/Pasep) no valor de R\$ 878,0 milhões (sem impacto na receita líquida, pois valor idêntico é debitado a título de restituição em outros tributos), e pela arrecadação extra de R\$ 674,0 milhões decorrente da Medida Provisória nº 303/2006, que dispôs sobre o parcelamento de débitos em atraso com a SRF, PGFN e INSS. Do valor arrecadado no mês, R\$ 353,0 milhões foram referentes à Cofins, R\$ 51,0 milhões ao IPI-Outros, R\$ 205,0 milhões ao Imposto de Importação e R\$ 65,0 milhões ao IPI-Vinculado.

No acumulado do ano, a receita bruta atingiu aproximadamente 21,1% do PIB, acréscimo de 0,68 ponto percentual, em relação ao verificado no mesmo período de 2005 (20,4% do PIB). Em termos nominais, a receita bruta totalizou R\$ 281,7 bilhões contra R\$ 255,1 bilhões. O acréscimo de R\$ 26,6 bilhões (10,4%) apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas. Enquanto os dois primeiros cresceram 9,2% e 6,1%, respectivamente, as demais receitas apresentaram elevação de 32,0%.

No que diz respeito a impostos e contribuições, as variações mais relevantes foram verificadas: i) no imposto de importação e IPI vinculado à importação, decorrente da conjugação da elevação de 22,5% no valor, em dólar, das importações tributadas, e de 3,96% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, com a redução de 1,64% na alíquota média efetiva do imposto de importação e de 13,3% na taxa média de câmbio; ii) no IPI-Automóveis, em função do aumento de 9,2% nas vendas ao mercado interno; iii) no IRPF, em virtude do crescimento da arrecadação da cota de ajuste anual (22,7%) e de acréscimos legais (34,6%); e iv) no IRPJ e na CSLL, com contribuição significativa dos setores de combustíveis (77,4%) e extração de minerais metálicos (58,9%). A redução mais significativa ocorreu no IPI-Outros, como consequência da redução para zero das alíquotas sobre bens de capital e insumos da construção civil.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/06	AGO/06
Impostos	14.240,0	13.873,6
Imposto de Renda	10.647,6	9.749,3
IPI	2.212,0	2.422,4
Outros	1.380,4	1.702,0
Contribuições	16.880,2	15.969,8
Cofins	7.949,1	8.037,5
CPMF	2.776,0	2.604,2
CSLL	2.769,5	1.896,6
Cide - Combustíveis	634,0	637,7
Outras	2.751,5	2.793,8
Demais	5.538,7	6.248,8
Cota parte	2.992,1	926,5
Diretamente Arrecadada	1.041,4	1.117,4
Dividendos da União	10,1	3.253,2
Pagamento Unificado ²	-	-
Outras	1.495,0	951,8
Total Bruto	36.658,8	36.092,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refs foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,53%	8,72%
Imposto de Renda	6,38%	6,58%
IPI	1,34%	1,31%
Outros	0,81%	0,82%
Contribuições	9,50%	9,44%
Cofins	4,56%	4,47%
CPMF	1,55%	1,53%
CSLL	1,40%	1,42%
Cide - Combustíveis	0,41%	0,38%
Outras	1,58%	1,64%
Demais	2,38%	2,95%
Cota parte	0,81%	0,94%
Diretamente Arrecadada	0,68%	0,74%
Dividendos da União	0,32%	0,72%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,00%
Outras	0,41%	0,54%
Total Bruto	20,42%	21,10%

¹ Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO
 BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)

EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	641,0	2.265,4
Caixa	503,0	1.100,2
BNDES	775,8	3.041,7
Correios	84,6	299,6
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	41,6
BASA	35,3	126,8
Eletrobrás	0,1	137,8
FND	29,6	15,2
Demais	90,2	137,8
Total	4.001,2	9.636,9

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
 BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/06	AGO/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.645,6	5.714,0
CIDE-Combustíveis	462,0	-
Desoneração do ICMS	162,5	162,5
Demais	1.159,8	1.901,1
Total	7.429,9	7.777,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
 BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,33%	3,53%
CIDE - Combustíveis	0,11%	0,10%
Lei Complementar nº 115/2002	0,23%	0,13%
Demais	0,72%	0,80%
Total	4,38%	4,56%

Já as demais receitas apresentaram crescimento em todos os subgrupos, com destaque para: i) dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária (R\$ 5,6 bilhões), dentre os quais BNDES (R\$ 3,0 bilhões), Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 2,3 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão); ii) cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 2,5 bilhões), refletindo, principalmente, os elevados níveis do preço do petróleo no mercado internacional; iii) receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,4 bilhão), concentradas, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações pela Anatel (Fistel); e iv) concessões (R\$ 662,1 milhões), especialmente bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, ocorrido em janeiro, sem correspondência no ano anterior.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 7,8 bilhões, em agosto, contra R\$ 7,4 bilhões, em julho, representando elevação de R\$ 347,7 milhões. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: i) aumento de R\$ 741,3 milhões no volume de demais transferências, explicada, em boa medida, pelo repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, recolhidos no final de julho; e ii) ocorrência da transferência de recursos da Cide-Combustíveis, no valor de R\$ 462,0 milhões, em julho, sem correspondência no mês de agosto (conforme previsto na Lei nº 10.866/2004, as transferências da Cide-Combustíveis ocorrem no mês subsequente ao encerramento de cada trimestre).

As transferências aos fundos constitucionais mantiveram-se praticamente estáveis, passando de R\$ 5,6 bilhões, em julho, para R\$ 5,7 bilhões, em agosto. Adicionalmente, a transferência de recursos ao amparo da Lei Complementar nº 115/2002 alcançou R\$ 162,5 milhões, volume idêntico ao do mês anterior.

No período de janeiro a agosto de 2006, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,56% do PIB, contra 4,38% em idêntico período de 2005. No acumulado nos dois primeiros quadrimestres de 2006 e de 2005, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo nominal da ordem de R\$ 6,2 bilhões (11,4%).

As transferências constitucionais elevaram-se em 13,5% (R\$ 5,6 bilhões), em consonância com o crescimento das receitas compartilhadas, especialmente o Imposto de Renda. As transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural cresceram

R\$ 1,4 bilhão, refletindo, principalmente, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Por outro lado, houve redução de R\$ 1,1 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, uma vez que o auxílio financeiro a estados exportadores, referente ao exercício de 2006, não foi regulamentado, devendo ser repassado R\$ 1,9 bilhão a estados e municípios em quatro parcelas mensais a partir de setembro.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,9 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 3,1 bilhões (14,9%) relativamente a julho. A principal redução foi nos gastos com pessoal e encargos sociais de R\$ 1,8 bilhão (18,9%), reflexo do adiantamento, naquele mês, da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal. Verificou-se também decréscimo nos dispêndios de custeio e capital no valor de R\$ 1,3 bilhão (11,6%) notadamente expressiva redução em outras despesas de custeio e capital, no montante de R\$ 727,1 milhões (9,3%) e nos gastos de subsídios e subvenções econômicas que decresceram R\$ 573,1 milhões (76,9%).

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, a redução ocorreu, principalmente, no âmbito da equalização no Programa Aquisições do Governo Federal (AGF), que passou de dispêndios líquidos (compra de produtos) de R\$ 148,8 milhões, em julho, para retorno líquido (venda produtos) de R\$ 60,8 milhões, em agosto, representando variação de R\$ 209,6 milhões. Por sua vez, os gastos no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) passaram de R\$ 134,8 milhões, em julho, para R\$ 68,8 milhões no mês atual. Constatou-se redução de despesas também no Programa de Incentivo às Exportações (Proex), que registrou neste mês retorno líquido de R\$ 63,7 milhões em relação ao desembolso líquido de R\$ 219,6 milhões em julho, resultando em variação de R\$ 283,3 milhões.

A execução das despesas do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 367,5 milhões no mês, registrando acréscimo de R\$ 235,1 milhões em relação a julho. No âmbito das demais despesas obrigatórias (doações, indenizações do Proagro, dentre outros), houve redução de R\$ 66,7 milhões.

As despesas discricionárias, inclusive as despesas de PPI não passíveis de dedução da meta de superávit primário, apresentaram redução em agosto de R\$ 791,1 milhões (11,7%) relativamente a julho, concentradas nos Ministérios da Saúde (R\$ 381,7 milhões) e Educação (R\$ 216,4 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 14,9% em relação a julho, equivalente a R\$ 3,1 bilhões.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/06	AGO/06
Pessoal e Encargos	9.605,9	7.790,5
Custeio e Capital	11.423,1	10.100,0
Despesas do FAT	1.864,4	1.835,0
Subsídios e Subvenções /1	745,0	171,9
LOAS/RMV	1021,9	1028,4
Outras	7.791,8	7.064,7
Transferência ao Bacen	57,0	53,5

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

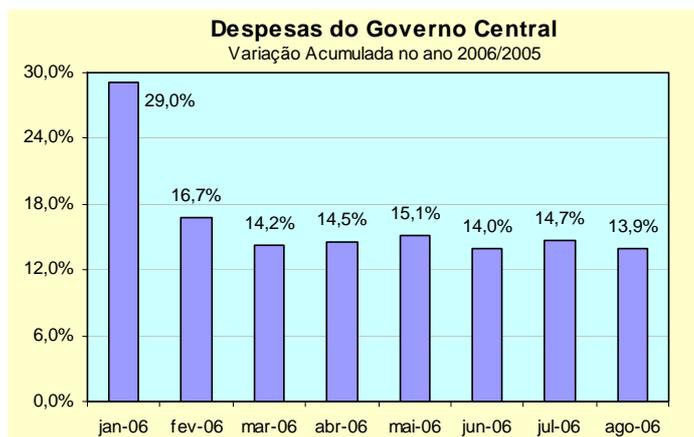
OUTRAS DESPEAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/06	AGO/06
Sentenças Judiciais	28,8	11,8
Legislativo/Judiciário	337,8	355,2
Crédito Extraordinário	349,2	244,3
Projeto Piloto de Investimento/3	132,4	367,5
Outras Obrigatórias/1	192,7	126,0
Discionárias/2	6.750,9	5.959,8
d/q Min. da Fazenda	157,7	221,3
Min. da Ciência e Tecnologia	210,1	258,7
Min. do Turismo	39,2	63,3
Min. das Rel. Exteriores	66,0	27,3
Min. da Defesa	489,3	447,3
Min. das Int. Nacional	117,8	74,3
Min. do Des. Social	778,1	724,9
Min. da Educação	866,5	650,1
Min. da Saúde	2.838,9	2.457,2
Demais	1.187,1	1.035,3
Total	7.791,8	7.064,7

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

A dinâmica de crescimento das despesas do Governo Central têm se reduzido gradativamente em 2006.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,56% do PIB, contra 9,89% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 17,5 bilhões (14,2%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (6,9%).



Destacam-se os incrementos de R\$ 10,8 bilhões (16,9% ou 0,48 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital e R\$ 6,7 bilhões (11,3% ou 0,20 ponto percentual do PIB) com pessoal e encargos sociais. Essas últimas continuam representando uma proporção menor das despesas do Tesouro: 46,8%, em 2006, contra 47,9%, até agosto do ano anterior, ao passo que as despesas com custeio e capital corresponderam, no mesmo período, a 53,0%, contra 51,7%, em 2005.

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 2,3 bilhões. Neste montante estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de R\$ 2,5 bilhões, pagos pelas Justiças do Trabalho e Federais, frente ao montante de R\$ 1,7 bilhão no mesmo período de 2005.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,11% para 5,59% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,22 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,11 p.p. do PIB) e “subsídios e subvenções econômicas” (0,06 p.p. do PIB), incluindo-se nessas últimas as despesas com reordenamento de passivos.

As despesas do FAT atingiram R\$ 9,4 bilhões nos oito primeiros meses de 2006, contra R\$ 7,4 bilhões em igual período do ano anterior. No acumulado do ano, esses dispêndios cresceram R\$ 2,0 bilhões (26,8%) comparativamente ao período janeiro a agosto de 2005 (variação de 0,1 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao be-

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,74%	4,94%
Custeio e Capital	5,11%	5,59%
Despesas do FAT	0,59%	0,70%
Subsídios e Subvenções /1	0,32%	0,38%
LOAS/RMV	0,47%	0,56%
Outras	3,73%	3,95%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 27,4% em 2006. No caso da LOAS, a média dos benefícios emitidos até agosto é 10,2% superior à média de igual período do ano anterior.

nefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e da ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego para os setores calçadista, de móveis em madeira e máquinas e equipamentos agrícolas. Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário mínimo e o início da antecipação do pagamento dos benefícios em relação ao período em 2005.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 5,0 bilhões no período de janeiro a agosto de 2006, acréscimo de R\$ 1,0 bilhão, explicado pelo aumento dos gastos com subvenções aos fundos regionais (R\$ 859,3 milhões), reflexo do maior provisionamento face o nível de inadimplência da carteira, e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005. Além disso, houve, até agosto, capitalização da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), superior em R\$ 291,4 milhões à ocorrida no ano anterior (R\$ 1.482,5 milhões, frente a R\$ 1.191,0 milhões). No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se aumento em relação ao ano anterior, com destaque para as despesas com o Programa Garantia de Sustentação de Preços (R\$ 340,7 milhões).

A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 1,3 bilhão em 2006, contra R\$ 132,2 milhões em 2005. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 1,5 bilhão, sendo que R\$ 1,3 bilhão referentes a restos a pagar de 2005.

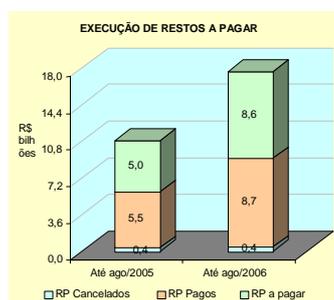
Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 1,6 bilhão com a execução de créditos extraordinários, 81,2% superior ao executado em igual período de 2005, destacando-se as aplicações na Justiça Eleitoral – para atualização e manutenção do sistema de votação e apuração das eleições; no Ministério do Desenvolvimento Social – para aquisição de alimentos da agricultura familiar; e no Ministério da Justiça – para recuperação de danos causados por desastres. Houve também aumento de 27,9% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 960,0 milhões até agosto. Os gastos discricionários no período cresceram R\$ 3,2 bilhões (7,5%), dos quais R\$ 1,4 bilhão destinados ao Ministério da Saúde, R\$ 1,2 bilhão ao Ministério de Desenvolvimento Social e R\$ 883,5 milhões ao Ministério da Educação. Excetuando as despesas identificadas no âmbito dos ministérios da área social, nos demais se constatou expressiva redução dos gastos discricionários.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 8,7 bilhões, equivalentes a 50,3 % do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	670,9	930,0
Legislativo/Judiciário	2.445,5	2.797,4
Crédito Extraordinário	295,6	1.571,1
Projeto Piloto de Investimento ³	132,2	1.346,3
Outras Obrigatórias ¹	649,1	538,1
Discricionárias ²	42.394,6	45.558,3
d/q Min. da Saúde	20.429,1	21.853,5
Min. da Desen. Social	4.421,6	5.584,6
Min. da Educação	3.752,2	4.635,6
Min. da Integração Nacional	356,9	651,7
Gab. da Pres. da República	351,1	516,6
Min. do Turismo	176,9	290,4
Min. da Previdência Social	771,0	589,5
Min. dos Transportes	1.227,9	1.033,3
Min. da Defesa	2.742,5	2.403,4
Demais	8.165,3	7.999,6
Total	46.587,8	52.741,1

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.176, de 20/09/05 (LDO-2006).

O crescimento das despesas discricionárias em 2006, em torno de 7,5%, seguindo a evolução do PIB nominal no período. Excetuando as áreas sociais, que apresentaram maior dinamismo na sua execução financeira, as despesas discricionárias do Poder Executivo cresceram significativamente menos.



45,8% no mês anterior e 52,5% no mesmo período de 2005. Dos restos a pagar pagos até agosto, R\$ 5,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 42,7% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,7 bilhão), da Saúde (R\$ 857,1 milhões) e Integração Nacional (R\$ 399,7 milhões). Os principais programas beneficiados desses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”) e o Proágua – infra-estrutura e operações especiais.

Previdência Social

Em agosto, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,1 bilhões, R\$ 337,5 milhões abaixo do verificado no mês anterior. Em grande medida, esse melhor resultado do RGPS está associado ao aumento de 2,9% na arrecadação previdenciária líquida, refletindo o ingresso de recursos decorrentes da Medida Provisória nº 303/2006. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 25,5 bilhões, contra R\$ 21,8 bilhões observados até agosto de 2005.

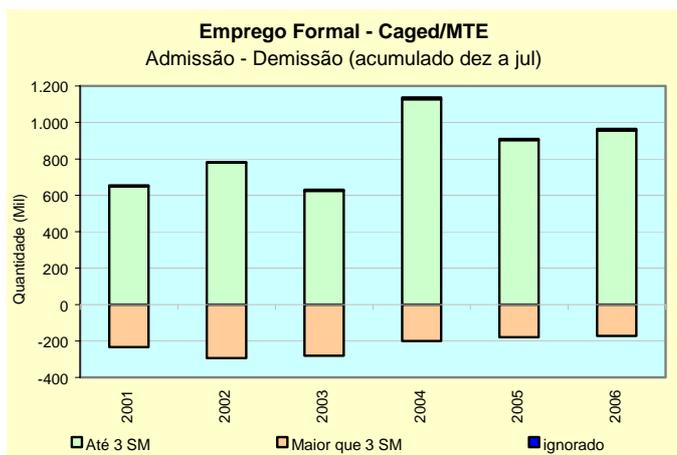
Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 25,5 bilhões, equivalentes a 1,91% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	9.734,0	10.020,3	66.456,2	74.980,3
Arrecadação Bruta	10.521,2	10.919,7	71.727,6	81.755,2
- Contribuição Previdenciária	9.640,4	9.995,6	66.890,8	75.134,0
- Simples	668,4	720,9	3.113,9	4.890,0
- CFT	74,1	40,9	404,4	450,9
- Depósitos Judiciais	73,3	116,4	970,4	918,7
- Refis	48,2	28,1	231,4	225,4
- Outras Receitas	16,8	17,9	116,7	136,2
(-) Restituição/Devolução	-40,4	-100,9	-380,4	-325,8
(-) Transferências a Terceiros	-746,8	-798,4	-4.891,0	-6.449,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	13.171,9	13.120,7	88.240,6	100.493,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.437,9	-3.100,4	-21.784,4	-25.513,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,74%	-1,91%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	66,5	75,0	12,8%
Benefícios	88,2	100,5	13,9%
Resultado Primário	-21,8	-25,5	17,1%

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu R\$ 8,5 bilhões (12,8%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, principalmente, o comportamento do emprego no setor formal, que afetou positivamente as receitas previdenciárias. Conforme dados do Caged, foram gerados 791 mil novos empregos entre dezembro e julho de 2006, frente a 732 mil gerados em igual período do ano anterior (crescimento de 8,2%). Esse efeito foi reforçado pela elevação da massa salarial. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a julho de 2006 foi 11,9% superior à do período correspondente em 2005.

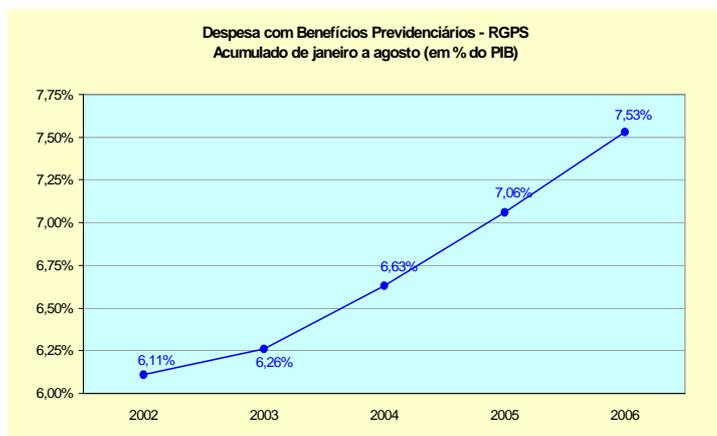


Durante os dois primeiros quadrimestres de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 100,5 bilhões, representando crescimento de R\$ 12,3 bilhões (13,9%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado por dois fatores: i) aumento no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário-mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 484,2 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Ressalta-se que os números referentes ao valor médio dos benefícios da tabela ao lado não são comparáveis entre os anos: como os dados são apurados pelo critério competência, no corrente ano o valor médio reflete a antecipação de pagamento de parte do 13º salário, fenômeno não ocorrido no ano de 2005.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,4	24,0	2,8%
Quantidade RGPS*	20,7	21,2	2,3%
Valor médio Total**	462,2	530,1	14,7%
Valor médio RGPS**	485,2	556,3	14,7%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1.00

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Verifica-se que em 2002 esses gastos correspondiam a 6,11% do PIB; em 2006, correspondem a 7,53% do PIB. Nos últimos três anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,42 ponto percentual do PIB por ano.



As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,11% do PIB no acumulado de janeiro a agosto de 2002 para 7,53% do PIB no mesmo período em 2006, representando crescimento de 23,2%.

O crescimento do número médio de benefícios pagos de janeiro a agosto de 2006, contra a média do mesmo período de 2005, correspondeu a variações no estoque de 457,6 mil aposentadorias (3,5%), 218,3 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,2%) e 156,1 mil pensões por morte (2,7%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

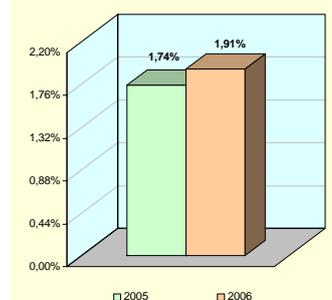
	Em mil benefícios			
	JUL		AGO	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	24.149	24.220	23.368	24.018
Benefícios do RGPS	21.257	21.318	20.671	21.156
Previdenciários	20.530	20.590	19.915	20.422
Aposentadorias	13.289	13.313	12.756	13.207
Idade	6.812	6.827	6.529	6.762
Invalidez	2.729	2.731	2.569	2.712
Tempo de contribuição	3.748	3.755	3.658	3.733
Pensão por morte	5.859	5.870	5.678	5.834
Auxílio-Doença	1.304	1.331	1.411	1.307
Salário - maternidade	45	43	42	41
Outros	32	33	28	33
Acidentários	727	728	756	734
Aposentadorias	146	147	139	145
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	95	95	130	102
Auxílio - acidente	269	269	267	269
Auxílio - suplementar	88	87	91	88
Assistenciais	2.883	2.893	2.687	2.853
Amparos Assistenciais - LOAS	2.398	2.414	2.138	2.357
Idoso	1.138	1.147	981	1.112
Portador de deficiência	1.260	1.267	1.157	1.244
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	17
Rendas mensais vitalícias	468	463	532	480
Idade	145	143	172	150
Invalidez	323	321	359	330
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	9	10	9

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,32%	5,62%
Benefícios	7,06%	7,53%
Resultado Primário	-1,74%	-1,91%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,30 ponto percentual em relação ao período de janeiro a agosto do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,46 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,91% do PIB, sendo assim 0,17 ponto percentual superior a 1,74% do PIB registrado no mesmo período de 2005.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Ago (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005/2006



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto com saldo de R\$ 544,4 bilhões, superando em R\$ 24,7 bilhões o do mês anterior, em decorrência, principalmente, da emissão líquida da DPMFi, da ordem de R\$ 12,4 bilhão, em especial as LTN. Dessa forma, a composição da DPMFi teve sua parcela de títulos prefixados elevados em 1,13 ponto percentual. No âmbito da Dívida Externa Líquida, a apreciação do real no mês e a continuidade do Programa de Recompra de títulos possibilitaram a redução do saldo tanto em moeda nacional quanto em dólares. O Tesouro Nacional também realizou em agosto uma operação de troca (Exchange Offer) de títulos da DPFe com vencimentos entre 2020 e 2030 pelo Global 2037, elevando assim o prazo e a vida média.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 544,4 bilhões, superior ao saldo de julho em R\$ 24,7 bilhões. Tal elevação foi resultado do acréscimo de R\$ 29,6 bilhões na Dívida Interna Líquida, parcialmente compensado pela redução de R\$ 5,0 bilhões no saldo em moeda nacional da Dívida Externa Líquida.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 AGO	2006 JUL	2006 AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	304.522	379.137	408.774
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	910.880	1.012.716	1.037.379
Dívida Contratual da STN	-448.314	-456.434	-450.540
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-158.044	-177.145	-178.065
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	173.516	140.632	135.659
Dívida Mobiliária em Poder do Público	142.485	109.459	105.997
Títulos Depositados em Garantia	-3.723	0	0
Dívida Contratual	35.094	31.502	29.962
Disponibilidades	-341	-328	-301
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	478.038	519.770	544.433
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,4%	25,8%	26,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto em R\$ 544,4 bilhões.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 379,1 bilhões, em julho, para R\$ 408,8 bilhões, em agosto. Em relação ao PIB acumulado em 12 meses, a elevação foi de 1,4 ponto percentual. A dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 24,7 bilhões, resultado das emissões líquidas, da ordem de R\$ 12,4 bilhões, e da apropriação por competência dos juros

Dívida Interna Líquida

nominais. Por outro lado, os haveres contratuais líquidos reduziram-se em R\$ 5,0 bilhões, parte referente aos pagamentos de obrigações da CESP junto ao Tesouro Nacional (R\$ 504,7 milhões), no âmbito da Lei 7.976/89 – com recursos obtidos com a venda da CTEEP e emissão de ações. Além disso, a CESP pagou dívidas no montante de R\$ 2,0 bilhões junto ao BNDES, e este, por sua vez, utilizou integralmente esses recursos para amortizar obrigações com o Tesouro Nacional.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	AGO	JUL	AGO
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	304.522	379.137	408.774
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	910.880	1.012.716	1.037.379
LFT	505.970	429.437	433.296
LTN	212.426	290.265	307.241
NTN-B	37.907	148.123	149.658
NTN-C	75.405	64.775	64.991
NTN-D	5.653	3.831	3.810
Demais	46.795	53.678	55.419
Dívida Securitizada	23.665	18.887	19.146
TDA	3.060	3.721	3.817
DÍVIDA CONTRATUAL	-606.358	-633.579	-628.605
<i>Tesouro Nacional</i>	-448.314	-456.434	-450.540
Dívida Bancária	24.911	24.326	24.257
Lei nº 7.976/89	-6.393	-4.136	-3.509
Lei nº 8.727/93	-47.964	-47.092	-47.003
Lei nº 9.496/97	-248.731	-257.106	-257.868
Renegociação Dívida Municipais	-37.627	-39.402	-39.593
Demais Haveres da STN	-132.511	-133.024	-126.825
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-158.044	-177.145	-178.065
FAT	-113.150	-126.469	-126.749
Demais Entidades	-44.894	-50.676	-51.316
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	48,5%	50,4%	51,3%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,3%	-31,5%	-31,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,9%	-22,7%	-22,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	16,2%	18,9%	20,2%

Em agosto, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 408,8 bilhões, correspondendo a 20,2% do PIB.

Emissões e Resgates

Em agosto, a emissão líquida de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, totalizou R\$ 12,4 bilhões. As emissões corresponderam a R\$ 37,3 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 24,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 36,8 bilhões, sendo: i) R\$ 15,0 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2007 e 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 13,3 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2009 e 2011; iii) R\$ 6,5 bilhões em NTN-B, com vencimentos em

maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024; e iv) R\$ 1,9 bilhão em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 492,3 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 277,5 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas com a Caixa de Construções de Casas para Pessoal do Ministério da Marinha; ii) R\$ 129,7 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 56,3 milhões em NTN-B em permuta por NTN-I; iv) R\$ 18,0 milhões em NTN-I para o Proex; e v) R\$ 9,8 milhões em CFT-E1 para o Fies.

No mês de agosto, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 12,4 bilhões.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, AGO/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	36.760,0	492,3	50,5	37.302,8
LFT	13.335,4	0,0	8,7	13.344,1
LTN	15.015,6	0,0	21,1	15.036,6
NTN-B	6.513,8	56,3	16,4	6.586,6
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	1.895,2	0,0	4,3	1.899,5
TDA	0,0	129,7	0,0	129,7
Securitizada*	0,0	277,5	0,0	277,5
Demais	0,0	28,7	0,0	28,7
II. RESGATES**	20.127,8	4.736,2	43,6	24.907,6
LFT	11.844,0	3.125,1	6,1	14.975,1
LTN	1.792,3	114,0	5,8	1.912,1
NTN-B	5.931,8	766,4	29,3	6.727,5
NTN-C	559,7	0,0	1,6	561,3
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	0,9	0,9
TDA	0,0	47,4	0,0	47,4
Securitizada*	0,0	165,9	0,0	165,9
Demais	0,0	517,4	0,0	517,4
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	16.632,2	-4.243,9	6,9	12.395,1

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em agosto, o Tesouro Direto alcançou R\$ 50,5 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 41,7% do montante vendido, seguida pela NTN-B (32,5%) e pela LFT (17,3%).

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 540,5 milhões e 16.500 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.030 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que tal número, desde o início do programa, atingiu 65.998 pessoas apresentando aumento de 50,8% em relação ao total de investidores acumulados até agosto do ano anterior.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 50,5 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 21,1 milhões em LTN com vencimentos em abril, julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009 ; ii) R\$ 16,4 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 8,7 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2011; e iv) R\$ 4,3 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em agosto, atingiu R\$ 24,9 bilhões, sendo R\$ 17,0 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 7,9 bilhões referentes a cancelamentos, cujos mais importantes foram: i) R\$ 4,2 bilhões em LFT, aceitas no leilão de troca desse mesmo título; ii) R\$ 2,1 bilhões em NTN-B, R\$ 971,6 milhões em LFT, R\$ 559,7 milhões em NTN-C e R\$ 1,3 milhão em TDA, todos aceitos nos leilões de NTN-B; iii) R\$ 79,3 milhões em títulos da dívida securitizada, em pagamento de dividendos do BNDES; e iv) R\$ 54,1 milhões em NTN-I, em permuta por NTN-B.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de agosto, dois leilões de NTN-B, títulos remunerados pelo IPCA, nos quais foram emitidos R\$ 6,5 bilhões. No leilão realizado nos dias 8 e 9 de agosto, com liquidação financeira no dia 10, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011 e 2015, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 9,67% a.a., 9,65% a.a. e 9,27% a.a., respectivamente. O montante vendido foi de R\$ 2,4 bilhões e o título mais vendido foi a NTN-B com vencimento em 2015, representando 69,2% (R\$ 1,7 bilhão) do total arrecadado naquele leilão. Do montante total emitido, 62,5% (R\$ 1,5 bilhão) foram liquidados em dinheiro e 37,5% (R\$ 895,6 milhões) em troca por títulos de menor prazo.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 22 e 23 de agosto, com liquidação financeira em 24 de agosto. O montante vendido foi de R\$ 4,1 bilhões, sendo que 61,3% (R\$ 2,5 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 38,7% (R\$ 1,6 bilhão) em dinheiro. A NTN-B com vencimento em 2011 foi o título mais vendido, saindo à taxa de 9,40% a.a. As NTN-B com vencimentos em 2009, 2015, 2024, 2035 e 2045 foram vendidas às taxas de 9,47% a.a., 9,00% a.a., 8,07% a.a., 7,98% a.a. e 7,99% a.a., respectivamente.

O montante total de títulos remunerados por índices de preços resgatado no mês foi de aproximadamente R\$ 7,1 bilhões, sendo que R\$ 4,4 bilhões corresponderam aos vencimentos de NTN-B e R\$ 2,7 bilhões a compras e a títulos recebidos em operações de troca (NTN-B e NTN-C), resultando em resgate líquido de R\$ 609 milhões.

Composição

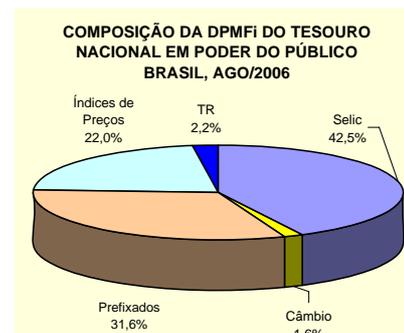
Em relação à composição da DPMFi, observou-se um acréscimo de 1,13 ponto percentual na participação de títulos com rentabilidade prefixada, em função das emissões líquidas de LTN, no valor de R\$ 13,1 bilhões, e de NTN-F, no valor de R\$ 1,9 bilhão. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic apresentou redução de 0,66 ponto percentual, devido, principalmente, ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 1,6 bilhão.

Os títulos prefixados tiveram sua participação elevada em 1,13 ponto percentual, em virtude da emissão líquida de LTN e de NTN-F.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006

INDEXADOR	2005		2006
	AGO	JUL	AGO
Selic	56,85	43,13	42,47
Câmbio	2,23	1,69	1,63
Prefixados	24,25	30,52	31,65
Índices de Preços	14,21	22,42	22,04
TR	2,45	2,24	2,22

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público se reduziu de 14,90% a.a., em julho, para 14,01% a.a., em agosto, devido à: i) apreciação do real frente ao dólar americano de 1,72% em agosto contra depreciação de 0,55% em julho, reduzindo o custo anualizado da NTN-D; e ii) menor variação do IPCA (0,05%, em agosto, contra 0,19%, em julho), reduzindo os custos da NTN-B em 1,93 ponto percentual. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também se reduziu, passando de 14,91% a.a. para 14,50% a.a. em agosto.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

(% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
2005	Ago	16,95	16,39
	Set	17,17	15,08
	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
	Dez	17,09	18,44
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi passou de 14,90%, em julho, para 14,01%, em agosto, reflexo da apreciação do real frente ao dólar e da redução do IPCA.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi se reduziu de 16,09% a.a., em julho, para 15,87% a.a., em agosto, em virtude da maior apreciação do real frente ao dólar (1,72%, em agosto de 2006, contra 1,12%, em agosto de 2005) e da menor variação da taxa Selic (1,26%, em agosto de 2006, contra 1,66% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,87% a.a., apresentando redução de 0,22 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Prazo Médio

Em comparação a julho, o prazo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se em 0,11 mês.

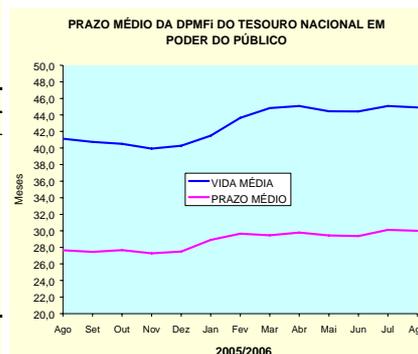
O prazo médio da DPMFi reduziu-se em apenas 0,11 mês em relação a julho, em virtude dos pagamentos e cancelamentos de LFT, no valor de R\$ 15,0 bilhões e de NTN-B, no valor de R\$ 6,7 bilhões, que resultaram no aumento do prazo médio desses títulos de 0,39 meses e 1,68 meses, respectivamente. A vida média também teve redução, passando de 45,07 meses para 44,89, em agosto.

TÍTULOS	Meses		
	2005		2006
	AGO	JUL	AGO
LTN	8,35	10,31	9,77
LFT	18,72	19,99	20,38
NTN-B	82,91	56,60	58,28
NTN-C	69,90	79,22	78,59
NTN-D	14,46	8,38	7,35
TDA	62,49	59,51	59,99
Dívida Securitizada*	78,46	85,03	84,59
Demais	86,33	75,46	73,42
TOTAL	27,65	30,12	30,01

(*) Inclui dívida agrícola.

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
		Meses	
2005	Ago	41,13	27,65
	Set	40,75	27,46
	Out	40,52	27,67
	Nov	39,93	27,28
2006	Dez	40,28	27,49
	Jan	41,50	28,89
	Fev	43,67	29,67
	Mar	44,83	29,45
	Abr	45,09	29,79
	Mai	44,46	29,44
	Jun	44,43	29,38
	Jul	45,07	30,12
Ago	44,89	30,01	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 5,0 bilhões (0,3 ponto percentual do PIB). Comparado a agosto de 2005, houve redução significativa de 2,5 pontos percentuais.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto em R\$ 135,7 bilhões, apresentando redução com relação à julho (3,54%), devido, principalmente, à continuidade do Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira e à apreciação da moeda nacional em relação ao dólar americano, de 1,72%. Em dólares, o saldo devedor sofreu uma queda de 1,85% em relação ao mês anterior, devido ao Programa de Recompra, responsável pelo resgate antecipado de títulos da DPMFe, e ao pagamento da dívida vencida, encerrando o mês com saldo de US\$ 63,4 bilhões ante US\$ 64,6 bilhões no mês anterior.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005		2006
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	142.485	109.459	105.997
Bônus de Renegociação	21.099	505	497
Bônus de Captação	121.387	108.953	105.500
II. DÍVIDA CONTRATUAL	35.094	31.502	29.962
Organismos Multilaterais	21.480	24.071	23.721
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.411	7.431	6.241
Clube de Paris	6.204	0	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPF (I + II)	177.580	140.961	135.959
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.723	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-341	-328	-301
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	173.516	140.632	135.659
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	9,2%	7,0%	6,7%

O serviço da DPFe, em agosto, totalizou R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 1,9 bilhão refere-se a juros e encargos e R\$ 1,9 bilhão refere-se ao principal. Cabe destacar que a quase totalidade dessas despesas (90,4% do pagamento de principal e 46,0% do pagamento de juros e encargos) são referentes aos resgates antecipados de títulos no Programa de Recompra e na operação de troca de títulos - *Exchange Offer* (ver boxe 3).

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, AGO/2006

R\$ milhões

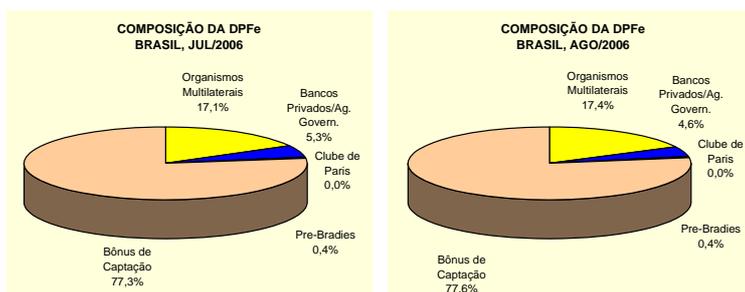
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.866,4	1.944,6	3.810,9
I.1. Organismos Multilaterais	141,5	100,5	242,0
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	36,9	6,9	43,8
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	1.688,0	1.837,1	3.525,1
Pagamento Normal	0,0	943,6	943,6
Global 2011	0,0	119,5	119,5
Global 2025	0,0	214,8	214,8
Global 2040	0,0	609,3	609,3
Recompra - Bacen	1.688,0	337,4	2.025,4
Global 2007	54,1	5,6	59,6
Global 2008	119,2	12,8	132,0
Global 2009	362,5	90,7	453,2
Global 2010	393,4	71,8	465,2
Euro 2006	13,7	1,4	15,1
Euro 2007	27,5	3,7	31,2
Euro 2009	351,3	76,0	427,3
Euro 2010	263,0	66,1	329,1
Eurolibra 2007	37,4	5,4	42,8
Marco Alemão 2007	40,7	2,2	43,0
Marco Alemão 2008	25,2	1,6	26,8
Operação Exchanger Offer	0,0	556,1	556,1
Global 2020	0,0	9,8	9,8
Global 2024	0,0	20,2	20,2
Global 2027	0,0	35,5	35,5
Global 2030	0,0	490,5	490,5
Encargos - Novas Captações	0,0	0,1	0,1

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 3,8 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, apesar da redução do saldo da dívida mobiliária por ocasião do Programa de Recompra, a participação dos Bônus de Captação no estoque da Dívida Externa Líquida teve pequena elevação em função de acomodação estatística, tendo em vista que a participação dos Bancos Privados e Agências Governamentais teve redução de 0,7 ponto percentual. Da mesma forma, a participação dos Organismos Multilaterais também teve pequena variação positiva.

Composição



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou elevação de 6,82 para 6,87 anos. Este resultado é reflexo tanto das recompras de títulos com prazo mais curto (até 2010) realizadas no mês (US\$ 700 milhões), no âmbito do Programa de Recompra anteriormente citado, quanto da operação *Exchange Offer* (US\$ 500,3 milhões), realizada em 16 de agosto, que trocou títulos com vencimentos em 2020, 2024, 2027 e 2030 por títulos com vencimentos em 2037 (ver boxe 3). A vida média, pelos mesmos motivos citados acima, apresentou aumento, passando de 13,72 anos, em julho, para 13,89 anos, em agosto.

A redução do custo médio, de 9,70% a.a. para 9,68% a.a., devido, sobretudo, à operação *Exchange Offer*, que priorizou o resgate antecipado de títulos com cupons de juros mais elevados, confirma a melhora do perfil da dívida mobiliária externa brasileira no mês de agosto.

Em agosto, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se de 6,82 para 6,87 anos. O custo médio, por sua vez, reduziu-se de 9,70% para 9,68% a.a.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	AGO	JUL	AGO	JUL
PRAZO MÉDIO (1)	6,32	6,82	6,87	6,82
Bônus de Renegociação	5,63	3,17	3,08	3,17
Bônus de Captação	6,45	6,84	6,89	6,84
Globais	7,16	7,66	7,71	7,66
Euros	3,91	3,55	3,51	3,55
Demais	1,48	0,92	0,83	0,92
VIDA MÉDIA (2)	12,21	13,72	13,89	13,72
Bônus de Renegociação	9,90	7,12	7,04	7,12
Bônus de Captação	12,62	13,75	13,92	13,75
Globais	14,56	15,91	16,06	15,91
Euros	5,25	4,70	4,69	4,70
Demais	1,58	0,94	0,85	0,94
CUSTO MÉDIO (3)	9,21	9,70	9,68	9,70
Bônus de Renegociação	5,08	6,00	6,00	6,00
Bônus de Captação	9,93	9,71	9,70	9,71
Globais	10,15	9,83	9,82	9,83
Euros	9,93	9,75	9,69	9,75
Demais	6,06	6,59	6,59	6,59

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Boxe 3 – Exchange Offer – Troca de Títulos da Dívida Interna

O Tesouro Nacional anunciou, no dia 3 de agosto, o resultado da operação de troca (*Exchange Offer*) de títulos da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) denominados em dólares. Com propostas recebidas entre 27 de julho e 2 de agosto, a previsão de troca era de até US\$ 1,5 bilhão de principal referente a cinco bônus soberanos, com vencimentos entre 2020 e 2030 (Globais 2020, 2024, 2024B, 2027 e 2030), pelo bônus Global 2037. A operação envolveu a emissão de US\$ 1.000, em valor de face, do bônus Global 2037 para cada US\$ 1.000, em valor de face, dos títulos recebidos.

Como resultado da troca, liderada pelos bancos Citigroup Inc. e Deutsche Bank AG, o Tesouro Nacional emitiu US\$ 500,3 milhões em títulos Global 2037. Adicionalmente, foram desembolsados US\$ 253,5 milhões referentes à diferença entre os preços dos títulos trocados e o preço de reabertura do Global 2037 (92% do total em dinheiro) e ao pagamento dos juros decorridos (8% deste total). O Global 2037 foi emitido ao preço de 99,68% do seu valor de face, resultando em uma rentabilidade ao investidor (*yield*) de 7,15% a.a., inferior à obtida na emissão original do bônus, em 10 de janeiro de 2006, quando foi emitida com *yield* de 7,56% a.a.

O título pagará cupom semestral de juros de 7,125% a.a., sendo o *spread* da operação de 205 pontos-base acima do título do Tesouro Norte Americano com vencimento em 2031. Por fim, comparando o preço dos títulos aceitos na troca com a *yield curve* considerada justa para cada título, a operação permitiu ganhos a valor presente (*NPV saving*) para o Tesouro Nacional superior a US\$ 3 milhões.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Agosto 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Agosto 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. RECEITA TOTAL	39.248,5	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.552,7	38.580,9	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3
I.1. Receitas do Tesouro	30.212,9	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.276,2	29.132,5	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5
I.1.1. Receita Bruta	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2
- Impostos	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	14.240,0	13.873,6	13.873,6
- Contribuições	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8
- Demais (1)	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.952,4	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3
I.3. Receitas do Banco Central	83,3	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.751,1	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0
II.4. Demais	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	32.497,5	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.118,4	31.306,9	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7
IV. DESPESA TOTAL	28.715,7	28.534,1	29.255,7	30.315,9	50.560,4	33.097,3	27.732,3	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.532,9	34.389,1	31.200,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.031,6	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.560,7	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7
IV.3. Custeio e Capital	9.801,0	9.765,0	10.365,5	10.000,8	17.079,3	9.935,3	7.719,9	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.666,4	11.423,1	10.100,0
IV.3.1. Despesa do FAT	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	519,4	745,0	171,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.887,4	6.660,8	6.915,6	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,6	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.064,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	22,7	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5
IV.5. Despesas do Banco Central	299,8	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.781,7	2.786,9	5.853,2	1.278,0	-4.009,2	4.021,1	3.574,6	7.260,2	14.726,0	2.943,8	5.915,6	3.010,4	6.427,2
V.1. Tesouro Nacional	6.606,5	5.509,9	9.016,4	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.145,5	6.453,3	9.549,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4
V.3. Banco Central (6)	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	435,0	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3	179,3	280,7	259,6	258,6	307,5
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	291,7	-66,1	314,7	-1.042,3	-381,4	-945,3	-465,0	-1.996,1	1.406,6	-78,8	701,9	331,9	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	4.508,5	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-12.024,2	-13.282,8	-11.479,2	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-7.515,8	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	460,4	504,9	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8
RMV (4)	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	41.315,0	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.810,8	42.099,5	41.712,1	41.830,1	47.219,4	46.993,6	43.988,0	46.964,7
I.1 - Recolhimento Bruto	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.423,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2
I.5 - Receita do Salário Educação	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	419,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2	9.754,3	9.368,5	10.991,3	10.344,6	9.583,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3
II. DESPESAS	39.058,8	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,2	39.881,2	37.319,4	47.111,0	47.446,7	49.230,4	54.402,2	49.316,0
II.1 - Liberações Vinculadas	8.274,0	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,9	1.495,2	1.621,5
II.2 - Liberações Ordinárias	30.784,8	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,8	31.955,7	30.583,5	36.908,5	37.340,3	39.542,4	45.705,5	39.846,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,8	8.228,0	8.251,4	7.580,5	8.080,6	10.268,4	8.418,0	8.302,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7
i) Dívida Contratual Interna	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5
ii) Dívida Contratual Externa	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.457,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,4	6.600,6	5.831,2	6.659,1	6.632,6	7.832,2	8.531,1	7.637,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	2.256,2	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.376,4	2.218,3	4.392,7	-5.280,9	-227,3	-2.236,9	-10.414,3	-2.351,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	27.870,1	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5
V. DESPESAS	30.959,9	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7
V.1.2 - Dívida Contratual	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-540,6	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-1.710,5	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.785,7	20.000,8	9.760,2	-48.726,1	-28.810,2	36.565,5	-25.371,8	10.155,7

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	15.723,2	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1
I.1. Emissão de Títulos	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	16.600,0	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0
II.1. Resgate de Títulos	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0
II.2. Encargos da DPMF	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0
III. RESULTADO (I - II)	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7
IV. PRONAF	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2
V. PROEX	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5
XII. TOTAL	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. DÍVIDA INTERNA	304.522,1	321.571,4	321.767,4	347.707,2	368.641,3	362.130,2	390.454,4	401.560,1	377.487,7	377.134,6	390.718,6	379.137,5	408.773,9
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9
Dívida Bancária	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2
INSS	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3
Lei 7.976/89	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9
Bônus Renegociação	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9
Lei 8.727/93	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8
Lei 9.496/97	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8
Recebíveis das Estatais	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5	-36.194,2	-35.196,4	-35.060,5	-37.577,7	-36.084,8
Outros	-43.764,0	-43.212,7	-43.154,4	-43.561,5	-43.688,4	-43.577,5	-43.149,3	-43.049,5	-42.841,1	-42.057,1	-42.074,7	-42.260,2	-41.739,8
Fat	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1
Demais Entidades	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.559,7	-50.676,1	-51.316,0
Créditos das Operações Oficiais	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3
Arrecadação a Recolher	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.562,8
II. DÍVIDA EXTERNA	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8
Dívida Mobiliária	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1
Disponibilidades	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	478.037,8	489.634,7	488.085,6	510.984,6	542.433,4	524.788,0	542.664,5	553.283,1	513.201,2	529.207,5	530.647,4	519.769,8	544.432,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,4%	25,9%	25,6%	26,6%	28,0%	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,5%	25,8%	26,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	21.098,8	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8
Brazil Investment Bond (BIB)	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8
Par Bond (PB)	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	121.386,6	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4
A-Bond	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9
Euro 2006	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9
Euro 2007	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3
Euro 2009	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2
Euro 2010	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6
Euro 2011	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0
Euro 2012	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0
Euro 2015	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0
Eurolibra 2007	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6
Euroliira 2017	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3
Global 2006	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0
Global 2008	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0
Global 2009	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1
Global 2010	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0
Global 2011	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1
Global 2012	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6
Global 2013	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9
Global 2014	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1
Global 2015	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5
Global 2019	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2
Global 2020	2.963,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6
Global 2024	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9
Global 2025	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3
Global 2027	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4
Global 2030	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5
Global 2034	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1
Global 2037	-	-	-	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7
Global 2040	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5
Global BRL 2016	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7
Marco Alemão 2008	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1
Samurai 2006	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5
V. TOTAL (I+II+III+IV)	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	9,2%	8,9%	8,7%	8,5%	9,0%	8,3%	7,7%	7,7%	6,8%	7,6%	7,0%	7,0%	6,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0
I. Dívida em Mercado	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9
Dívida Securitizada	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4
TDA	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1
LTN	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8
LFT	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8
LFT-A	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9
LFT-B	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2
NTN-A	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8
NTN-B	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6
NTN-C	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4
NTN-D	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5
NTN-F	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5
NTN-I	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6
NTN-P	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8
CFT-A	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9
CFT-D	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7
Demais	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9
II. Dívida com BACEN	305.809,8	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1
LTN	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4
LFT	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4
NTN-D	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2
Demais	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1
Dívida em Mercado/PIB	48,5%	48,8%	48,7%	49,7%	50,4%	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,7%	50,4%	51,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2005	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2006
I. INTERNA	-158.044,2	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,6	-163.959,7	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.149,1	-177.145,3	-178.065,1
Dívida contratual	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6
FAT	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1
Aplicações financeiras	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6
Fundos Regionais	-27.043,1	-27.280,4	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.834,2	-31.299,7	-31.701,8
Demais	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2
II. EXTERNA	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5
Disponibilidades	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-158.384,9	-159.528,9	-159.820,8	-161.813,5	-164.271,4	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.461,7	-177.473,7	-178.365,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,8%	-8,8%	-8,8%

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.014.131,9	440.792,7	292.108,6	280.411,3	32.966,1	974.301,6	641.853,1	508.613,5	363.726,7	360.172,2	120.410,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	1.848,1	1.082,6	1.078,2	14,4	2.195,8	2.174,0	1.891,8	1.595,8	1.594,9	41,6
Advocacia-Geral da União	89.808,2	63.003,5	39.146,4	38.944,3	5.073,4	82.373,3	77.283,0	68.728,4	48.841,5	42.324,2	13.232,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	811.858,7	459.768,1	317.185,9	301.930,8	75.048,5	788.617,5	666.758,0	401.823,0	329.643,7	299.441,7	76.727,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.537.813,5	1.430.875,4	972.849,8	827.253,7	285.215,4	2.304.095,0	1.943.299,0	1.127.537,7	874.512,3	834.148,8	260.834,4
Ministério da Fazenda	1.881.219,6	1.393.627,2	1.049.348,5	1.010.380,7	50.686,6	1.947.222,7	1.783.359,0	1.144.425,3	1.001.957,3	997.675,8	52.778,4
Ministério da Educação	6.960.204,1	4.601.278,4	2.953.309,1	2.857.590,0	809.483,7	6.893.813,6	6.770.323,0	4.364.007,8	3.344.996,8	3.129.741,1	798.597,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	485.323,2	298.454,2	228.143,0	227.594,8	17.079,7	450.885,2	367.187,0	287.524,0	253.733,9	253.474,1	18.795,4
Ministério da Justiça	1.055.734,4	519.163,2	395.884,4	390.657,8	97.531,2	854.895,5	727.093,0	497.331,1	393.389,6	389.655,6	130.260,2
Ministério de Minas e Energia	711.504,2	265.999,7	179.447,5	177.083,4	18.868,1	517.940,5	408.077,0	212.520,9	158.206,0	155.406,8	27.541,5
Ministério da Previdência Social	1.335.373,9	801.953,5	627.922,1	586.314,6	192.241,8	888.640,4	758.346,0	635.267,3	520.766,2	479.855,4	100.254,1
Ministério das Relações Exteriores	873.962,5	489.608,4	402.767,5	401.401,2	82.737,0	880.975,7	694.827,0	382.977,2	355.374,3	354.386,6	85.382,9
Ministério da Saúde	30.071.752,1	24.974.926,7	19.627.018,8	18.490.941,0	1.316.186,8	33.405.746,8	32.451.438,4	23.279.512,7	20.156.956,5	20.048.133,1	1.224.515,6
Ministério do Trabalho e Emprego	788.798,6	441.262,4	285.779,3	275.503,4	32.010,2	781.148,9	464.485,0	369.133,6	234.301,0	233.830,8	91.419,2
Ministério dos Transportes	697.243,4	411.275,1	244.633,6	237.258,3	67.215,0	860.002,2	547.015,2	346.542,8	217.565,7	197.243,1	60.496,1
Ministério das Comunicações	702.868,9	227.570,1	146.781,9	142.967,7	43.845,5	353.787,7	269.745,9	171.001,2	122.173,4	122.146,1	29.418,5
Ministério da Cultura	365.025,1	191.115,4	129.519,3	124.399,2	47.265,2	399.946,5	281.651,0	186.946,3	118.360,1	110.219,1	89.634,4
Ministério do Meio Ambiente	494.381,4	277.041,9	179.510,1	177.749,2	49.988,0	399.879,6	363.144,0	248.574,8	175.044,4	173.462,1	53.659,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	451.839,2	246.030,8	168.377,6	164.890,4	35.673,4	557.338,9	379.168,0	260.032,6	206.557,7	201.204,7	64.445,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	702.387,8	328.434,1	193.509,7	191.505,7	84.250,2	653.009,9	580.727,0	421.406,2	262.682,9	259.186,0	89.237,1
Ministério do Esporte	143.804,9	73.584,9	47.463,8	47.200,2	12.204,5	412.065,5	262.400,0	116.891,5	63.256,9	63.006,5	46.741,0
Ministério da Defesa	4.211.916,0	2.857.070,2	1.816.186,3	1.707.139,8	499.533,9	3.939.396,7	3.347.086,0	2.186.646,4	1.493.799,5	1.366.867,9	431.557,6
Ministério da Integração Nacional	280.521,0	139.341,3	73.615,4	72.091,9	34.209,8	298.859,7	179.803,9	129.593,9	85.241,1	83.455,4	56.150,4
Ministério do Turismo	355.662,2	147.061,3	89.286,5	88.509,5	46.553,5	357.953,3	243.330,0	211.687,4	141.974,2	141.779,6	39.667,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	7.240.830,7	4.848.866,3	4.263.750,7	4.252.363,9	179.492,6	10.226.806,7	9.862.066,0	6.190.671,3	5.900.142,2	5.866.071,1	85.737,4
Ministério das Cidades	405.896,1	282.047,5	145.673,4	140.572,1	23.776,7	402.651,9	313.862,0	238.686,9	169.111,8	158.005,5	45.560,6
Encargos Financeiros da União	162.557,7	119.610,5	25.717,2	25.035,0	-	340.785,8	330.396,0	136.621,1	119.002,1	97.476,2	29.808,3
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	143.781,1	47.375,0	47.375,0	18.366,2	47.650,1	47.552,0	34.196,8	34.180,6	34.180,6	20.110,6
Operações Oficiais de Crédito	123.443,6	107.550,8	84.076,6	84.076,6	-	56.672,2	53.740,0	53.660,0	23.973,0	21.055,8	-
TOTAL	66.006.903,4	46.582.942,6	35.027.470,5	33.370.219,7	4.157.517,4	70.079.659,2	64.818.189,6	44.214.453,6	37.171.066,9	36.475.200,8	4.143.014,7

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	140.289,2	16.859,4	8.086,5	6.883,4	33.064,4	110.412,2	113.172,0	25.408,3	11.406,6	10.512,7	34.847,3
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	3,6	3,3	3,3	-	213,7	214,0	0,5	0,5	0,5	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	1.643,2	418,6	387,4	9.574,5	2.926,7	2.927,0	725,1	266,4	171,5	3.352,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	355.204,6	14.690,7	8.300,3	6.314,1	55.315,0	442.448,7	210.233,0	135.264,6	17.576,2	7.878,7	133.596,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	653.910,4	94.712,0	63.688,0	45.173,5	45.655,6	1.009.144,9	617.078,0	273.250,4	79.273,8	66.284,8	125.284,1
Ministério da Fazenda (3)	527.463,3	164.868,9	29.351,2	26.091,6	10.051,8	388.480,9	286.319,0	89.572,1	13.303,1	13.239,6	101.165,9
Ministério da Educação	974.728,3	202.591,0	71.034,1	53.188,7	148.310,3	1.180.683,6	895.728,0	315.035,2	120.262,9	92.205,6	528.401,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	104.957,5	6.178,7	5.410,5	5.408,6	67.165,5	93.856,1	42.294,0	19.304,4	1.289,9	1.289,9	19.430,8
Ministério da Justiça	672.633,1	140.030,2	43.943,5	43.237,7	148.644,4	614.764,8	483.956,0	130.885,9	18.383,0	17.458,0	188.061,9
Ministério de Minas e Energia	39.743,5	4.718,5	3.735,3	3.689,3	6.456,0	115.982,7	43.938,0	8.382,0	3.974,6	3.859,2	3.036,8
Ministério da Previdência Social	194.575,6	7.181,3	3.903,0	1.040,0	21.080,3	288.164,3	223.475,0	10.713,0	3,9	3,9	49.411,7
Ministério das Relações Exteriores	69.801,8	12.399,6	9.451,1	9.451,0	1.067,1	39.506,4	39.131,0	5.930,0	5.415,2	5.394,1	2.874,7
Ministério da Saúde	2.690.451,8	327.903,4	124.245,2	118.318,7	522.124,8	3.297.792,0	2.699.626,0	1.252.101,1	154.337,6	144.980,3	887.716,5
Ministério do Trabalho e Emprego	29.548,6	14.295,6	8.159,9	6.693,1	5.142,5	26.449,7	24.765,0	4.285,7	3.113,2	3.112,3	7.720,9
Ministério dos Transportes	6.061.170,3	2.416.220,2	726.523,2	496.922,1	668.911,7	4.905.586,4	3.284.899,4	2.157.481,8	361.198,0	226.183,3	1.338.535,7
Ministério das Comunicações	151.300,8	33.025,3	3.545,6	3.545,6	13.177,2	109.960,6	83.836,0	8.686,1	3.974,4	482,4	21.032,1
Ministério da Cultura	137.988,4	40.795,4	13.214,6	10.675,3	17.274,3	134.085,3	92.418,0	72.477,5	7.160,4	5.581,5	26.078,2
Ministério do Meio Ambiente	115.722,5	11.045,8	3.825,8	3.765,9	11.054,3	94.119,4	62.390,0	9.528,4	2.511,0	2.338,9	25.163,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	20.857,2	2.224,3	1.045,0	1.043,9	9.306,4	64.134,7	40.141,0	18.583,6	3.128,8	2.907,8	7.154,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.231.947,4	770.283,2	606.429,6	606.429,5	123.459,7	1.678.105,5	1.474.748,0	1.031.817,4	491.537,0	488.819,5	116.561,4
Ministério do Esporte	478.064,7	37.613,1	4.132,3	4.022,9	22.022,3	469.178,5	303.900,0	274.129,6	5.792,6	5.792,3	86.346,1
Ministério da Defesa	1.553.311,8	582.443,8	249.451,3	237.260,2	317.880,6	1.964.063,7	1.263.587,0	734.556,2	157.865,4	145.733,2	408.704,5
Ministério da Integração Nacional	2.314.076,3	401.759,1	132.140,1	72.728,6	180.288,7	1.813.485,6	782.648,0	569.902,3	97.219,1	49.494,0	487.606,4
Ministério do Turismo	658.657,8	44.064,7	1.224,8	1.224,8	39.683,7	884.929,1	414.783,0	376.122,6	362,3	358,5	115.157,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	43.452,2	23.604,9	23.603,5	19.624,3	212.510,4	112.622,0	100.630,4	24.494,1	24.466,0	21.664,3
Ministério das Cidades	2.341.810,8	352.141,0	89.803,4	72.246,1	303.928,2	2.288.351,3	1.080.208,4	829.263,5	28.013,9	27.978,9	280.610,3
TOTAL	21.697.996,5	5.743.144,1	2.234.670,9	1.859.348,6	2.800.263,4	22.229.337,0	14.679.036,8	8.454.037,3	1.611.863,8	1.346.527,7	5.019.515,8

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Agosto / 2006

Comentários

Em Agosto de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 1,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.673.002,7 (mil), em Agosto de 2006, contra R\$ 4.618.708,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago / 2006	Ago / 2006	Jan a Ago / 2006
							Jul / 2006	Ago / 2005	Jan a Ago / 2005
FPM	1.950.770,5	2.007.032,0	17.428.226,5	2.362.274,6	2.390.043,9	19.777.400,5	1,2 %	19,1 %	13,5 %
FPE	1.861.608,4	1.915.298,4	16.631.650,2	2.256.433,7	2.282.958,8	18.891.278,5	1,2 %	19,2 %	13,6 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Agosto de 2006 foram efetuados nos dias 10, 18 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	5,0 %	1,2 %	5,0 %	1,2 %	1,0 %	2,1 %

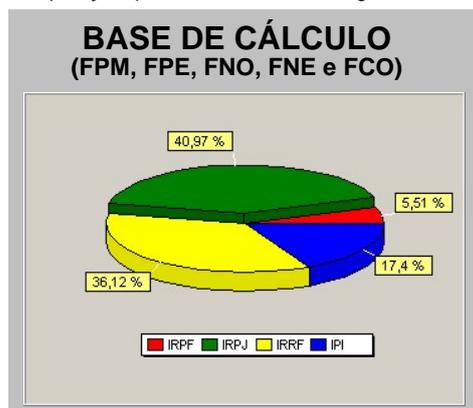
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	set/ago	out/set	nov/out
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-18,0 %	-3,0 %	17,0 %
IPI-EXP	6,0 %	6,0 %	-5,0 %

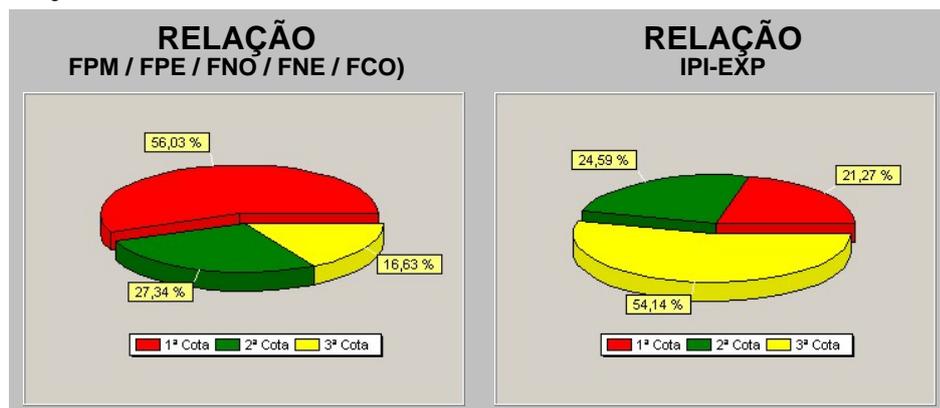
Composição dos Fundos

Em Agosto de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2006 a 20/08/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Jul/3º DEC	462.423,1	6.537.115	6.999.538,2	Ago/1º DEC	1.279.165,6	1.338.661,7	39.306	468.905,9	3.126.039,1
Ago/1º DEC	534.580	2.880.730,3	3.415.310,3	Ago/2º DEC	624.148	653.178,1	45.439,3	233.429,2	1.556.194,5
Ago/2º DEC	1.176.964,9	900.437,1	2.077.402	Ago/3º DEC	379.645,2	397.303,1	100.042	154.763	1.031.753,4
TOTAL	2.173.968	10.318.282,5	12.492.250,5	TOTAL	2.282.958,8	2.389.142,9	184.787,3	857.098,1	5.713.987
Ago/3º DEC	602.815,7	5.302.798	5.905.613,6	Set/1º DEC	1.079.250,9	1.129.448,6	51.239,3	398.812,7	2.658.751,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	13.333	78.100	16	16.160
Alagoas	AL	56.870	94.973	628	27.111
Amazonas	AM	33.608	63.704	5.397	18.371
Amapá	AP	9.197	77.895	14	15.471
Bahia	BA	213.480	214.511	11.561	78.474
Ceará	CE	125.024	167.498	1.910	52.356
Distrito Federal	DF	5.059	15.757	81	3.885
Espírito Santo	ES	42.635	34.244	7.740	15.972
Goiás	GO	86.584	64.907	1.617	27.344
Maranhão	MA	98.569	164.789	1.944	60.653
Minas Gerais	MG	314.273	101.694	20.589	80.185
Mato Grosso do Sul	MS	35.401	30.409	1.318	12.147
Mato Grosso	MT	44.280	52.688	1.707	17.886
Pará	PA	86.774	139.534	7.712	49.657
Paraíba	PB	77.228	109.329	634	33.104
Pernambuco	PE	116.480	157.529	1.419	48.967
Piauí	PI	61.922	98.656	81	28.425
Paraná	PR	162.744	65.822	20.199	46.357
Rio de Janeiro	RJ	70.214	34.877	21.400	23.751
Rio Grande do Norte	RN	59.358	95.380	924	27.558
Rondônia	RO	21.730	64.279	264	15.285
Roraima	RR	11.637	56.633	11	12.059
Rio Grande do Sul	RS	159.694	53.759	25.266	44.535
Santa Catarina	SC	92.798	29.217	15.242	25.097
Sergipe	SE	33.865	94.864	128	22.800
São Paulo	SP	320.669	22.830	36.957	73.681
Tocantins	TO	36.622	99.080	30	23.972
Total		2.390.044	2.282.959	184.787	901.264

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maio	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	25/07/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Agosto / 2006

Comportamento no Mês

Em Agosto de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.973.459,7 (mil), contra R\$ 2.837.440,9 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 4,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 7,6% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Julho	Participação	Agosto	Participação	Ago / Jul
FPM	415.824	14,6 %	420.712	14,1 %	1,2 %
FPE	398.194	14,0 %	402.875	13,5 %	1,2 %
IPI-EXP	31.925	1,1 %	32.610	1,1 %	2,1 %
LC 87/96	24.345	0,8 %	24.345	0,8 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	41.743	1,5 %	20.722	0,7 %	-50,4 %
ICMS	1.925.410	67,8 %	2.072.196	69,7 %	7,6 %
TOTAL	2.837.440,9	100,0 %	2.973.459,7	100,0 %	4,8 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

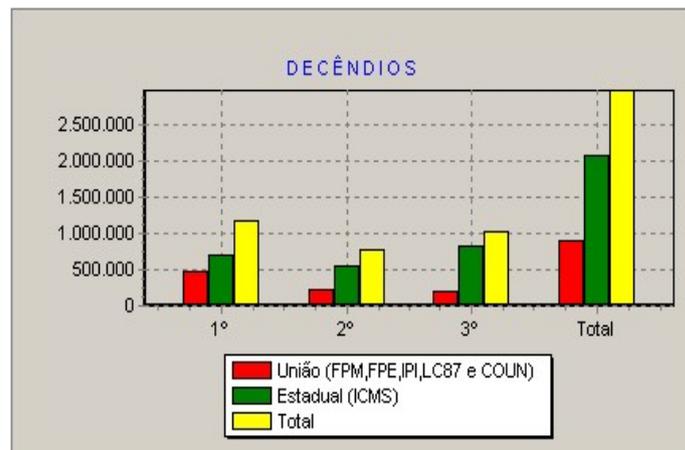
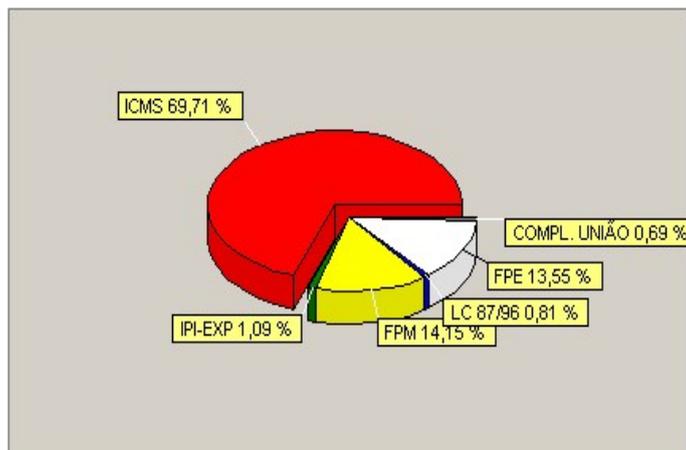
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
		R\$ Mil								
Acre	146.626	13.782	2.353	3	0	22	4.170	20.330	138,6	1.148,1
Alagoas	674.321	16.760	10.036	111	0	205	13.761	40.873	60,6	506,2
Amapá	127.625	13.746	1.623	2	0	99	3.254	18.725	146,7	1.215,8
Amazonas	745.772	11.242	5.931	952	0	246	42.800	61.170	82,0	639,3
Bahia	2.782.645	37.855	37.673	2.040	0	906	94.886	173.360	62,3	485,3
Ceará	1.531.674	29.559	22.063	337	0	397	64.339	116.694	76,2	492,6
Distrito Federal	300.965	2.781	893	14	0	197	0	3.885	12,9	106,9
Espírito Santo	497.527	6.043	7.524	1.366	0	1.039	56.086	72.058	144,8	1.078,6
Goiás	888.973	11.454	15.279	285	0	325	45.624	72.969	82,1	732,6
Maranhão	1.447.560	29.080	17.394	343	13.426	409	18.580	79.233	54,7	471,1
Mato Grosso	565.348	9.298	7.814	301	0	473	42.205	60.091	106,3	788,9
Mato Grosso do Sul	396.990	5.366	6.247	233	0	301	34.213	46.360	116,8	940,3
Minas Gerais	3.176.706	17.946	55.460	3.633	0	3.145	235.442	315.627	99,4	728,3
Paraíba	745.405	19.293	13.628	112	0	70	22.087	55.191	74,0	568,4
Paraná	1.527.232	11.616	28.720	3.564	0	2.458	105.986	152.343	99,8	858,2
Pará	1.533.369	24.624	15.313	1.361	7.296	1.064	41.354	91.011	59,4	477,0
Pernambuco	1.493.544	27.799	20.555	250	0	362	59.907	108.874	72,9	585,5
Piauí	639.212	17.410	10.927	14	0	74	13.173	41.598	65,1	525,2
Rio Grande do Norte	522.335	16.832	10.475	163	0	88	23.143	50.701	97,1	803,6
Rio Grande do Sul	1.503.203	9.487	28.141	4.459	0	2.448	136.665	181.200	120,5	1.005,9
Rio de Janeiro	2.005.935	6.155	12.391	3.776	0	1.430	186.391	210.143	104,8	784,8
Rondônia	295.378	11.343	3.835	47	0	61	16.931	32.216	109,1	841,7
Roraima	79.194	9.994	2.053	2	0	9	2.641	14.699	185,6	1.524,4
Santa Catarina	868.134	5.156	16.376	2.690	0	875	83.596	108.693	125,2	939,9
Sergipe	368.317	16.741	5.976	23	0	61	15.375	38.175	103,6	805,3
São Paulo	5.094.240	4.029	55.569	6.522	0	7.561	700.442	774.122	152,0	1.174,7
Tocantins	260.218	17.485	6.463	5	0	19	9.146	33.118	127,3	1.008,3
Total	30.218.448	402.875	420.712	32.609	20.722	24.345	2.072.195	2.973.458	98,4	767,5

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.